



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

37ª Edição – Brasília, 03/12/2020

Política de imunização | Como o plano de vacinação da Covid-19 interfere na retomada econômica



Presidente Jair Bolsonaro e ministro Paulo Guedes sugerem continuidade da economia sem auxílios governamentais

Saíram hoje os resultados do PIB brasileiro no terceiro trimestre, com alta de 7,7% entre julho e setembro de 2020. Apesar de não serem suficientes para anularem a queda histórica do PIB de 10,9%, entre abril e junho (auge da crise da pandemia), os resultados sinalizam um **movimento de recuperação da economia brasileira**. De acordo com a equipe econômica do governo, a recuperação do PIB possibilita pensar em 2021 sem a necessidade da política de auxílio emergencial, posição que deve ser analisada com cautela. No Congresso, restam apenas mais três semanas de atividades até o final do ano legislativo, tempo relativamente curto para a votação de matérias complexas e de grande impacto para a política econômica, como no caso da Reforma Tributária e da PEC dos Gatilhos. Confira a seguir o que podemos esperar do cenário político até o final do ano.

O futuro da política econômica do governo. No início desta semana, o presidente Jair Bolsonaro fez um aceno ao mercado ao declarar que a perpetuação de alguns benefícios concedidos pelo governo durante a pandemia seriam um “caminho certo para o insucesso”. A fala do presidente convergiu com a posição da equipe econômica do governo nesta quinta-feira (3/12), após a apresentação dos resultados do PIB brasileiro do terceiro trimestre. Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE/ME), a recuperação econômica do país deve desarmar o escudo de **políticas criadas para minimizar os efeitos da crise** (como no caso do Auxílio Emergencial). No entanto, este cenário ainda inspira cautela, devido à alta taxa de desocupação e de desemprego da população, às incertezas ainda presentes sobre a política de vacinação no país e à possibilidade de novas oscilações na economia em caso do aumento de casos e de mortes provocados pela pandemia.

O plano de vacinação e a retomada da economia. Nesta terça-feira (1/12), o Ministério da Saúde divulgou o Plano Nacional de Vacinação para a Covid-19, com a divulgação de informações sobre grupos prioritários, eixos estratégicos do plano operacional e projeção de prazos. A divulgação do plano tem impacto direto sobre a expectativa da população acerca do pleno retorno das atividades econômicas e sociais, em situação de normalidade. A política de vacinação também tem **relação direta com os rumos das discussões das principais matéria econômicas em aberto no Congresso**, como no caso da continuidade ou não do Auxílio Emergencial, do Estado de Calamidade Pública e do Orçamento de Guerra. Talvez por isso, governo e parlamentares ainda não fecharam questão sobre as principais propostas na mesa. O plano de vacinação tem previsão de quatro



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

37ª Edição – Brasília, 03/12/2020

fases, que devem ser implantadas entre março e junho de 2021, com previsão de atendimento de 109,5 milhões de brasileiros, de acordo com os seguintes critérios:

PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA A COVID-19

Fase 1: idosos com mais de 75 anos ou que vivem em asilos e instituições psiquiátricas; população indígena e trabalhadores de saúde.

Fase 2: idosos entre 60 e 74 anos.

Fase 3: pessoas com comorbidades e que apresentam maior chance de agravamento da doença.

Fase 4: professores, forças de segurança e de salvamento, funcionários do sistema prisional e população carcerária.

Reformas e marcos setoriais. Com o cenário político concentrado na disputa em torno das Presidências da Câmara e do Senado, a pauta de reformas estruturantes tem tido dificuldade para tramitar nestas próximas semanas. O grupo de parlamentares liderado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, ainda tenta viabilizar o avanço da Reforma Tributária na Comissão Mista do Congresso. Apesar da grande pressão para a inclusão do tema na pauta, a Reforma Tributária conta com ressalvas de várias entidades do setor econômico, e deve ter muitos obstáculos para ser votada até o final do ano na Comissão Mista que discute o tema. Embora esteja em estágio mais avançado de consenso entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Congresso Nacional, a votação da PEC dos Gatilhos dependerá do avanço da discussão sobre o Orçamento para 2021 e da própria escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado. Neste cenário de incertezas, ganham espaço na pauta alguns marcos regulatórios setoriais, como o PL 4.199/2020 (Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar) e o PLS 261/2018 (investimento privado para ferrovias).

O imbróglio nas eleições da Câmara e do Senado. Nos bastidores, o tema que mais chama a atenção nesta semana é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de reeleição de membros da Mesa do Congresso, que poderia definir a continuidade do senador Davi Alcolumbre e do deputado Rodrigo Maia à frente das Casas Legislativas por mais dois anos. Em um tema cerca de polêmicas, há pelo menos dois caminhos de decisão pela Suprema Corte: 1) o entendimento de que a reeleição de membros da Mesa das Casas Legislativas é inconstitucional; e 2) o entendimento de que a matéria deve ser definida pelo próprio Congresso Nacional. Neste caso, não haveria, em tese, a necessidade de mudança nos regimentos internos da Câmara e do Senado, uma vez que movimentações neste sentido poderiam gerar questionamentos por parte de adversários. Assim, os presidentes da Câmara e do Senado, a priori, podem registrar suas respectivas candidaturas momentos antes da eleição. Havendo questionamento, os plenários poderiam decidir o tema por maioria simples. No entanto, a pressão sobre esta decisão está bastante forte. Nesta semana, onze legendas partidárias (PP, PL, PSD, Avante, Patriota, Solidariedade, PSC, PSB, Rede, PSOL e Cidadania) assinaram uma carta ao Supremo Tribunal contra a reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre.

Números da semana

1.254 Proposições filtradas pela OCB durante a pandemia com impacto para o setor.

359 Normativos do governo sobre Covid-19 com impacto para o cooperativismo.

56,1% Pleitos do cooperativismo atendidos pelo governo durante a pandemia.

[Para mais números e acesso a edições anteriores, clique aqui.](#)